



25397818

08004.000203/2023-72



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP**  
**COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LISTA DE PRESENÇA (25398485)**

Data	<b>24/08/2023</b>	
Local	<b>Microsoft Teams</b>	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Roberta de Oliveira Gomes	SAL
2	Daiane Lopes Lima	SENACON
3	Maria do Carmo R. Macedo	SENAJUS
4	Rinaldo de Souza	PF
5	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
6	Augutus Cunha Cutrim Penha	PRF
7	Priscilla Oliveira	SENASA
8	Francisco Ferreira	SAJU
9	Ewanjêcy Francisco de Araújo	SAJU
10	Núbia Augusto de Sousa Rocha	ANPD
11	David Lima Freitas	SPO
12	Bruna Ignácio Moreira	CGGE
13	Rodrigo Renno Castro	CADE
14	Denise Pires	SENAD

<b>Pauta da reunião (25397923)</b>	1. Relatório de Monitoramento 2022; 2. Relatório de Revisão de Políticas Públicas - CMAP; 3. Revisão das Políticas Públicas - 2023; 4. Próximos passos; 5. Informes Gerais; e 6. Encaminhamentos.
--	--

1. O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, deu início à reunião ordinária da CT-CGE, às 15:00, do dia 24 de agosto de 2023, de forma presencial na sala 304, do Ed. Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, agradecendo a participação dos presentes, falou da importância do Colegiado, e, em seguida, apresentou a pauta da reunião (25397923).
2. Em seguida, foi apresentado o modelo de Relatório de Monitoramento que será publicado em 2023 com as informações do monitoramento das políticas públicas do ano de 2022 do Ministério, destacando que este relatório foi construído a partir das informações encaminhadas pelas unidades no ano anterior.
3. Na sequência, explicou o Relatório de Revisão de Políticas Públicas - CMAP, que abrangeu a implementação das ações relacionadas à avaliação e aprimoramento da política de gestão de custos e programas no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme estabelecido pela Portaria Interministerial MF/MPO/MGI nº 1 de 11 de janeiro de 2023. A revisão está sendo conduzida no âmbito da CT-CGE, considerando as mudanças delineadas pelo Decreto nº 11.348 de 1º de janeiro de 2023. O Relatório resultante foi elaborado e, após a validação da Secretaria-Executiva, encaminhado ao Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP, em 11 de julho de 2023, como indicado no Ofício-Circular 48/2023/MPO (23799677).
4. Neste contexto, também foi tratado do processo de revisão da Carteira de Políticas Públicas de 2023, abordando a estruturação das políticas públicas dentro desse formato específico da carteira exaustiva e seus alinhamentos com os instrumentos estratégicos do Ministério: Cadeia de Valor, Planejamento Estratégico, Plano Plurianual, Indicadores, as Ações orçamentárias e os Planos orçamentários.
5. No próximo slide o Sr. David exibiu um quadro comparativo da Carteira de Políticas Públicas do MJSP após a revisão de 2023 em relação ao ano de 2022, como estão distribuídas as Políticas Públicas entre as unidades do Ministério e as unidades que estão com pendências referente a validação final da proposta de revisão das políticas.
6. No tópico seguinte, informou dos próximos passos, desde a aprovação da nova Carteira no âmbito da CT-CGE, passando para aprovação no âmbito do Comitê de Governança Estratégica – CGE e em seguida a publicação via resolução do CGE, até a avaliação de Políticas Públicas conforme a metodologia do Guia Prático de Análise Ex-post do IPEA e Casa Civil em 2024. Destacou-se também que após a publicação da nova Carteira de Políticas Públicas do MJSP as unidades terão de realizar o detalhamento das novas políticas públicas, assim como atualizar o detalhamento das políticas públicas que se mantiveram na Carteira.
7. Logo após, detalhou as alterações no ciclo de monitoramento das políticas públicas para 2023, estipulando o novo prazo para entrega das informações por parte das unidades responsáveis para o dia 10 de fevereiro de 2024, com relatório único de monitoramento. A previsão é que a coleta das informações qualitativas seja realizada por meio de relatórios padronizados já disponíveis no SEI, enquanto as informações quantitativas (de indicadores de políticas públicas) seguirão o método de coleta pelo Sistema de Indicadores, conforme procedimento já realizado pelo Planejamento Estratégico do MJSP.
8. Avançando para a parte de informes gerais da apresentação, o Sr. David trouxe à luz dos participantes os programas definidos para integrar o Plano Plurianual 2024–2027, acompanhados de seus objetivos gerais e específicos. Ele discorreu também sobre o início do processo de elaboração do Planejamento Estratégico (PE) 2024–2027, apresentando os instrumentos a serem observados pelas unidades, as etapas previstas para elaboração do PE e de que forma ele será construído.
9. Na sequência, foi informado a data da próxima reunião da CT-CGE, que está marcada para o dia 20 de setembro de 2023, às 15:00 e foi solicitado ainda a atualização dos pontos focais da CT-CGE. Para realizar essa atualização, foi solicitado que os envolvidos encaminhem um e-mail para [cge@mj.gov.br](mailto:cge@mj.gov.br), fornecendo os seguintes detalhes do novo ponto focal: nome, e-mail, número de telefone e a pessoa que está sendo substituída.
10. Encerrada a pauta, após os esclarecimentos das dúvidas das unidades, o Sr. David agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

◦ **ENCAMINHAMENTOS:**

- CGGE enviará e-mail contendo:
  - Apresentação CT-CGE;
  - Ata de reunião;

- o Relatório de Monitoramento 2022;
- o Planilha de pontos focais da CT-CGE; e
- o Informações do PPA MJSP 2024-2027.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Acesso à Justiça**, em 13/09/2023, às 17:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Daiane Lopes Lima, Assessor(a) Técnico(a)**, em 13/09/2023, às 17:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rinaldo de Souza, Usuário Externo**, em 15/09/2023, às 11:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Roberta de Oliveira Gomes, Chefe da Divisão de Apoio Administrativo**, em 19/09/2023, às 10:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LAZARA CRISTINA DO NASCIMENTO DE CARVALHO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 21/09/2023, às 15:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 22/09/2023, às 19:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 26/09/2023, às 11:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 26/09/2023, às 13:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÖECY FRANCISCO DE ARAUJO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 27/09/2023, às 09:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25397818** e o código CRC **8CCDFB7E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.